

COGNITIO JURIS – Vol. 3, No. 8 – Dezembro de 2013

Os artigos publicados neste número estão relacionados abaixo, organizados em ordem alfabética.

Cognitio Juris

Ano III - Número 8 - Dezembro 2013

ISSN 2236-3009



Imagem: Hungarian State Opera House - Budapeste - Hungria

APRESENTAÇÃO

Tenho a grata satisfação de apresentar à comunidade acadêmica e jurídica a oitava edição da Revista Cognitio Juris.

A revista Cognitio Juris destaca-se por trabalhar com os diversos temas que integram o conhecimento na área do direito e disciplinas afins. Tendo como princípio o respeito à pluralidade, por compreender este como elemento fundamental à pesquisa, à produção do conhecimento e a transformação social. Neste sentido a revista propõe-se a publicar artigos pautados em diversas correntes do pensamento científico tendo como objetivo divulgar e

socializar a produção do conhecimento na área. O número que ora apresentamos traz discussões de extrema relevância como: o controle judicial das políticas públicas, a análise jurisprudencial sobre o aborto, a precarização das relações de trabalho, a improbidade administrativa, a violação dos direitos humanos, a questão do trabalho infantil e do trabalho doméstico e outros temas não menos importantes.

Refletir sobre as diferentes questões que norteiam os trabalhos aqui apresentados é por demais desafiador, o que expressa a preocupação dos que fazem a Revista em ampliar cada vez mais sua área de abrangência e qualificar o seu conteúdo. Trata-se de um esforço coletivo que busca consolidar a Revista como fonte de pesquisa, produção técnica e científica para estudiosos, operadores, defensores e militantes da área do direito, tendo como principal objetivo socializar o conhecimento neste campo.

Terçália Suassuna Vaz Lira

Membro do Conselho Científico e Editorial

ATENÇÃO: O acesso e leitura de todos os artigos publicados na Revista Cognitio Juris é, sempre foi e sempre será, inteiramente aberto e gratuito. Entretanto, momentaneamente, o site da Revista Cognitio Juris está passando por várias atualizações e reformas internas, o que pode causar a indisponibilidade temporária das páginas mais antigas. Estamos trabalhando incansavelmente para atualizar e modernizar essas páginas o mais rápido possível. Assim que os trabalhos de manutenção forem finalizados, o acesso e leitura de todas as páginas antigas serão restabelecidos.

ARTIGOS

A DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA E SUA DEFINIÇÃO – Artur Francisco Mori Rodrigues Motta – Ano III – Número 8 – Dezembro 2013

A EVOLUÇÃO JURÍDICA DO TRABALHO DOMÉSTICO – *Araceli Gomes Ferreira* – Ano III –
Número 8 – Dezembro 2013

A EXPLORAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL NO CONTEXTO CONTEMPORÂNEO: UMA VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS – *Terçália Suassuna Vaz Lira* – Ano III – Número 8 –
Dezembro 2013

A INVISIBILIDADE DO TRABALHO INFANTIL DOMÉSTICO E A VIOLAÇÃO DE DIREITOS – *Terçália Suassuna Vaz Lira* – Ano III – Número 8 – Dezembro 2013

APONTAMENTOS SOBRE A SITUAÇÃO JURÍDICA DO PARTICULAR/TERCEIRO NA LEI N.º 8.429/92: APLICAÇÃO DA TEORIA DA EQUIVALÊNCIA DOS ANTECEDENTES CAUSAIS NA IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA – *Mauro Roberto Gomes de Mattos* – Ano III –
Número 8 – Dezembro 2013

CONTROLE JUDICIAL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS – *Gabriel Barreira Bressan* – Ano III –
Número 8 – Dezembro 2013

CONTROVÉRSIAS RELATIVAS À PRONÚNCIA DO CRIME DE ABORTO: ANÁLISE JURISPRUDENCIAL – *Antonio Baptista Gonçalves* – Ano III – Número 8 – Dezembro 2013

DEVEDORES TRABALHISTAS: ASPECTOS RELEVANTES SOBRE A CERTIDÃO NEGATIVA DE CRÉDITOS TRABALHISTAS - CNDT, INSTITUÍDA PELA LEI 12.440/2011 E OUTRAS QUESTÕES INOVADORAS – *Tereza Fernanda Martuscello Papa* – Ano III –
Número 8 – Dezembro 2013

EL PERFECCIONAMIENTO DE LOS CONTRATOS CELEBRADOS POR MEDIOS ELECTRÓNICOS EN EL DERECHO ARGENTINO Y COMPARADO – *Mariano H. Novelli* – Ano III – Número 8 – Dezembro 2013

EL PODER EJECUTIVO Y EL VETO EN LA ARGENTINA – *Mario Daniel Serrafiero* – Ano III –

Número 8 - Dezembro 2013

O CONCEITO DE DIREITO - *Markus Samuel Leite Norat - Ano III - Número 8 - Dezembro 2013*

O POSICIONAMENTO DA JURISPRUDÊNCIA DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO (TST) ACERCA DA POSSIBILIDADE DE LIMITAÇÃO DO PAGAMENTO DE HORAS DE DESLOCAMENTO POR MEIO DE NORMA COLETIVA - *Rodrygo Hallammo Silva Rodrigues - Ano III - Número 8 - Dezembro 2013*

PEJOTIZAÇÃO E A PRECARIZAÇÃO DAS RELAÇÕES DE EMPREGO - *Laura Machado de Oliveira - Ano III - Número 8 - Dezembro 2013*

A Revista Cognitio Juris não se responsabiliza pelos ideários, conceitos, apreciações, julgamentos, opiniões e considerações lançados nos textos dos artigos. Os textos são de inteira e exclusiva responsabilidade de seus autores.